

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

Na metade do século passado, as recomendações de atividade física para melhorar o condicionamento físico e ter benefícios à saúde foram embasadas em comparações sistemáticas dos efeitos de diferentes protocolos de exercícios.

Em 1978, foi publicado o posicionamento do Colégio Americano de Medicina Esportiva (ACSM, na sigla em inglês) intitulado “A quantidade e a qualidade dos exercícios para o desenvolvimento e a manutenção do condicionamento em adultos saudáveis”, que estabelecia os exercícios necessários para que os adultos saudáveis mantivessem ou melhorassem a aptidão cardiorrespiratória e a composição corporal. Eram recomendadas atividades aeróbicas, como caminhadas, corridas, ciclismo, realizadas na frequência de 3 a 5 dias por semana, e duração de 15 a 60 minutos.

Apesar de essas recomendações terem sido reformuladas em 1990, com a inclusão dos exercícios de força e resistência muscular, com o passar do tempo, o interesse em melhorar o estado geral de saúde – e não apenas a aptidão cardiorrespiratória, muscular e(o) a composição corporal das pessoas – despertou maior atenção dos pesquisadores para o fato de que o volume de atividades, e não necessariamente a intensidade dos esforços, seria mais importante na promoção da saúde.

Assim, em 1995, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e o ACMS criaram uma recomendação populacional que preconizava que todos os indivíduos deveriam realizar atividades físicas de moderada intensidade, contínuas ou acumuladas, em todos ou na maioria dos dias da semana, totalizando, aproximadamente, 150 minutos por semana ou 200 Kcal por sessão. Tal recomendação, apoiada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde (MS) do Brasil, é preconizada atualmente para a prevenção de algumas doenças crônicas, e foi criada na tentativa de aumentar o reconhecimento tanto profissional quanto público dos benefícios à saúde, associados às atividades físicas moderadas, e de chamar a atenção para a quantidade e a intensidade mínima de atividade física necessária para atingir esses benefícios e encorajar as pessoas a se tornar mais ativas, e não necessariamente mais condicionadas, permitindo a inclusão de programas mais flexíveis em suas vidas cotidianas.

Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Com referência às ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto, de caráter expositivo, ressalta a importância da atividade física para a saúde.
- 2 Deduz-se do texto que a quantidade e a qualidade dos exercícios necessários para a prevenção de agravos à saúde podem ser diferentes daquelas para melhorar o condicionamento físico.
- 3 A temática e o conteúdo específico do texto permitem enquadrá-lo como componente de um artigo científico.
- 4 De acordo com o texto, a intensidade dos exercícios físicos é o mais importante fator para a promoção da saúde global.
- 5 Depreende-se do texto que a atividade física focada e intensa, de cerca de 30 horas por dia, com musculação, é ideal para a prevenção de doenças crônicas.
- 6 Os tipos de atividade física descritos no texto seriam a atividade física preventiva e a terapêutica.
- 7 Segundo o texto, o Ministério da Saúde do Brasil determinou que os adultos fizessem exercícios físicos anaeróbios, como caminhadas e corridas, para melhorar o condicionamento físico e a atividade cardíaca.

A respeito da estruturação linguístico-gramatical do texto, julgue os itens seguintes.

- 8 No parágrafo “Na metade do século passado, as recomendações de atividade física para melhorar o condicionamento físico e ter benefícios à saúde foram embasadas em comparações sistemáticas dos efeitos de diferentes protocolos de exercícios.”, o trecho “Na metade do século passado” indica causalidade.
- 9 No trecho “A quantidade e a qualidade dos exercícios para o desenvolvimento e a manutenção do condicionamento em adultos saudáveis”, ficaria gramaticalmente correta a inserção da palavra “físicas” antes de “para”.
- 10 Ficam mantidas a correção gramatical e a coerência textual caso a palavra “aeróbicas”, na sentença “Eram recomendadas atividades aeróbicas” fosse substituída por **aeróbias**.
- 11 A locução verbal “foi publicado”, no trecho “Em 1978, foi publicado o posicionamento do Colégio Americano de Medicina Esportiva”, está na voz passiva analítica.

- 12 No período “Em 1978, foi publicado o posicionamento do Colégio Americano de Medicina Esportiva (ACSM, na sigla em inglês) intitulado “A quantidade e a qualidade dos exercícios para o desenvolvimento e a manutenção do condicionamento em adultos saudáveis”, que estabelecia os exercícios necessários para que os adultos saudáveis mantivessem ou melhorassem a aptidão cardiorrespiratória e a composição corporal”, o vocábulo “que”, inserido antes da forma “estabelecia”, refere-se, por substituição, a “posicionamento”.
- 13 Na estrutura “Apesar de essas recomendações terem sido reformuladas em 1990, com a inclusão dos exercícios de força e resistência muscular”, o segmento “com a inclusão dos exercícios de força e resistência muscular” indica o tipo de reformulação feito.
- 14 Manter-se-á a correção gramatical do texto caso o segmento “Apesar de essas recomendações terem sido reformuladas em 1990” seja reescrito como **Embora essas recomendações tenham sido reformuladas em 1990.**
- 15 Na estrutura “o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e o ACMS criaram uma recomendação populacional que preconizava que todos os indivíduos deveriam realizar atividades físicas de moderada intensidade”, o vocábulo “que” (na primeira ocorrência) relaciona-se com a forma verbal “criaram”.
- 16 No trecho “deveriam realizar atividades físicas de moderada intensidade, contínuas ou acumuladas, em todos ou na maioria dos dias da semana”, a supressão do par de vírgulas mantém a correção gramatical.
- 17 No trecho “o interesse em melhorar o estado geral de saúde – e não apenas a aptidão cardiorrespiratória, muscular e(ou) a composição corporal das pessoas – despertou maior atenção dos pesquisadores”, a supressão dos travessões mantém a correção gramatical do período.
- 18 No trecho “Assim, em 1995, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e o ACMS criaram uma recomendação populacional”, o deslocamento de “Assim” para a posição posterior a “em 1995” (com os devidos ajustes de letras maiúsculas e minúsculas) mantém a correção gramatical e a coerência textual.
- 19 A inserção de vírgulas para intercalar “atualmente”, no período “é preconizada atualmente para a prevenção de algumas doenças crônicas”, mantém a correção gramatical do trecho.
- 20 No trecho “e foi criada na tentativa de aumentar o reconhecimento tanto profissional quanto público dos benefícios à saúde, associados às atividades físicas moderadas”, sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, a forma “associados” poderia ser flexionada como **associado**, caso em que passaria a se referir a “reconhecimento”.

O CREF22-ES possui R\$ 240.000 para investir e dividirá esse valor em três aplicações: 40% em poupança (0,5% ao mês); 35% em CDB (1,2% ao mês em juros simples); e 25% em títulos (2% ao mês em juros compostos). O prazo das aplicações será de 6 meses.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21 O valor aplicado em poupança será maior do que R\$ 95.000.

- 22 O rendimento da aplicação em CDB após 6 meses será maior que R\$ 6.050.
- 23 A aplicação em títulos resultará em um montante de maior do que R\$ 70.000 após 6 meses.
- 24 A razão entre o rendimento dos títulos e o rendimento do CDB é de 3:2.

O CREF22-ES organizará uma capacitação com 12 palestrantes (7 homens e 5 mulheres) e fará sorteios entre 300 participantes (180 homens e 120 mulheres) para distribuir 20 brindes. Para as apresentações, formará grupos de trabalho específicos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 25 O número de maneiras de escolher 4 palestrantes para uma mesa redonda é maior do que 485.
- 26 A probabilidade de sortear 3 participantes e todos serem homens é maior do que 0,63.
- 27 Há menos de 205 possibilidades de se formar uma comissão com 2 homens e 2 mulheres entre os palestrantes.

O CREF22-ES estabeleceu a regra: “Se o profissional não cumprir as horas de educação continuada, então será advertido”. Também analisou as idades de seus funcionários, que são 28, 30, 32, 35, 36, 38, 41 anos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 28 A contrapositiva da regra estabelecida é: “Se o profissional não for advertido, então cumpriu as horas de educação continuada”.
- 29 A mediana das idades dos funcionários é de 35 anos.
- 30 Depois de 2 anos, a média das idades dos funcionários aumentará em 2 unidades, assim como o desvio padrão.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos de *hardware* e *software*, do Microsoft Teams e do navegador Microsoft Edge, julgue os itens seguintes.

- 31 O *firmware* é um tipo de *software* que se encontra armazenado em dispositivos de *hardware* e que pode ser atualizado para corrigir falhas ou melhorar funcionalidades.
- 32 O Microsoft Teams disponibiliza recursos colaborativos como coedição de arquivos em tempo real, mas esse recurso exige que os documentos estejam armazenados, por exemplo, no OneDrive.
- 33 O Microsoft Teams permite a criação de grupos com diferentes permissões de acesso, inclusive restrições à criação de canais e ao compartilhamento de arquivos por membros.
- 34 Todos os recursos de segurança do Microsoft Edge são gerenciados exclusivamente pelo sistema operacional, sem opções de configuração dentro do navegador.
- 35 O Microsoft Edge permite apenas um perfil de usuário por instalação, e todos os dados de navegação são unificados entre os diferentes usuários do computador.

No que diz respeito ao armazenamento em nuvem (OneDrive e Google Drive), aos aplicativos para segurança da informação e aos conceitos de computação em nuvem, julgue os itens a seguir.

- 36 No OneDrive, ao excluir um arquivo compartilhado com outras pessoas, o conteúdo é imediatamente removido de todos os dispositivos dos usuários com quem foi compartilhado, sem possibilidade de recuperação.
- 37 No Google Drive, os arquivos podem ser acessados *offline*, desde que a funcionalidade esteja previamente ativada no navegador e haja espaço suficiente de armazenamento local.
- 38 *Firewalls* podem ser implementados tanto como dispositivos físicos (*hardware*) quanto como soluções integradas a sistemas operacionais, desempenhando papel essencial na filtragem de pacotes de rede.
- 39 Em um modelo SaaS, o usuário é responsável pela atualização e pela manutenção da infraestrutura e do *software*, enquanto o provedor cuida apenas da hospedagem.
- 40 Na computação em nuvem, os modelos públicos e privados diferem apenas em relação ao custo de uso, sendo tecnicamente equivalentes em termos de arquitetura e controle de dados.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992 –, julgue os itens a seguir.

- 41** Na responsabilização da pessoa jurídica por ato de improbidade administrativa, é incompatível a aplicação simultânea da Lei de Improbidade Administrativa com a Lei Anticorrupção, mesmo que sejam observados os limites legais para evitar cumulatividade indevida de sanções idênticas.
- 42** O dolo constitui elemento necessário para a configuração de qualquer ato de improbidade administrativa, não havendo, portanto, responsabilização do agente público por atos culposos, ainda que causem prejuízo ao erário.
- 43** Os particulares que concorreram para a prática de ato de improbidade administrativa somente sofrerão a pena de suspensão de direitos políticos caso sejam detentores de mandato eletivo.
- 44** Um prestador de serviços que exerce atividades temporárias na Administração Pública não poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, diante da precariedade do vínculo, sujeitando-se apenas à reparação civil e às sanções previstas na lei penal.
- 45** A caracterização do ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública poderá ocorrer mediante condutas omissivas, desde que sejam dolosas.

À luz da Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 46** Os princípios da ampla defesa e do contraditório constituem garantias do administrado e corolários do devido processo legal em sua acepção formal.
- 47** O princípio do interesse público em sentido estrito preconiza que a decisão da autoridade administrativa deve buscar equilíbrio entre a medida a ser adotada e o fim a ser alcançado, minimizando eventuais limitações aos direitos dos administrados.
- 48** No início do processo administrativo, o interessado deverá apresentar os documentos originais que subsidiem a sua solicitação ou, na falta destes, cópias autenticadas, sob pena de indeferimento.
- 49** A Administração tem o prazo de até 30 dias para decidir, salvo prorrogação por igual período, expressamente motivada, após a conclusão da instrução do processo administrativo.
- 50** Uma vez iniciada a instrução, será vedada a juntada de documentos, cabendo ao interessado apresentá-los logo na abertura do processo administrativo.

- 51** Ainda que o administrado desatenda à intimação para a realização de algum ato, não ficará configurada a renúncia ao direito, sendo-lhe assegurado, no prosseguimento do processo, o direito de ampla defesa.

Considerando o Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir.

- 52** A função pública reflete-se no exercício profissional, devendo ser dissociada da vida particular de cada servidor público, pois, caso contrário, estaria configurada a inviolabilidade da sua vida privada.
- 53** O servidor público não pode deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.

Com base nas normas previstas na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) –, bem como no Decreto nº 7.724/2012, que a regulamenta, julgue os itens seguintes.

- 54** As informações relativas à remuneração e ao subsídio recebidos por ocupante de cargo ou emprego público não poderão ser objeto de divulgação pela Administração Pública, tendo em vista que se tratam de informações referentes à vida privada da pessoa natural.
- 55** Os pedidos de acesso à informação, quando forem genéricos, serão indeferidos.
- 56** A entidade pública terá o prazo de 15 dias para se manifestar sobre o pedido de acesso à informação e, em caso de omissão, o requerente poderá apresentar reclamação, no prazo de 30 dias, à autoridade de monitoramento.
- 57** Os recursos contra o indeferimento do acesso à informação deverão ser dirigidos ao Tribunal de Contas da União ou dos estados, que são os órgãos competentes para fiscalizar a Administração Direta.
- 58** A comissão mista de reavaliação de Informações será presidida pelo ministro da Defesa, tendo em vista que a classificação de informações sigilosas pode impactar a segurança nacional.
- 59** O dirigente máximo do órgão ou da entidade poderá delegar a competência para a classificação no grau reservado a agente público que exerça função de direção, de comando ou de chefia.
- 60** A comissão mista de reavaliação de Informações aprovará, por maioria absoluta, regimento interno que disporá sobre a sua organização e sobre o seu funcionamento.

Em relação à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue os itens a seguir.

- 61** O princípio da necessidade preconiza que deve existir compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
- 62** Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados no seu prejuízo.
- 63** As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público.
- 64** A nomeação dos membros do conselho diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) será realizada pelo presidente da República, após aprovação no Congresso Nacional.
- 65** A ANPD é um órgão auxiliar da presidência da República, cuja competência consiste na elaboração de diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade.

Com base no Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013, a qual trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, julgue os itens seguintes.

- 66** O titular da corregedoria da entidade ou da unidade competente, ao tomar ciência da possível ocorrência de ato lesivo à Administração Pública Federal, em sede de juízo de admissibilidade e mediante despacho fundamentado, poderá recomendar o arquivamento da matéria.
- 67** A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica, decorrente do exercício do poder sancionador da Administração Pública, será efetuada por meio de processo administrativo de responsabilização ou ação civil pública.
- 68** A pessoa jurídica estrangeira poderá ser notificada e intimada de todos os atos processuais, independentemente de procuração ou de disposição contratual ou estatutária, na pessoa do gerente, do representante ou do administrador da sua filial, da sua agência, da sua sucursal, do seu estabelecimento ou do seu escritório instalado no Brasil.
- 69** Compete à Controladoria-Geral da União celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal e nos casos de atos lesivos contra a administração pública estrangeira.
- 70** A negociação a respeito da proposta do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 60 dias, contado a partir da data da assinatura do memorando de entendimentos.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação à organização administrativa, julgue os itens a seguir, quanto à centralização, descentralização, concentração e desconcentração.

- 71** Quando a Administração Pública presta diretamente os serviços à população, trata-se de uma hipótese de centralização da atividade administrativa.
- 72** A descentralização das atividades administrativas ocorre com a criação de órgãos públicos no âmbito da mesma pessoa jurídica da Administração Direta, fundamentando-se no princípio da especialidade.
- 73** A transferência da execução de serviços públicos para entidades de direito privado (como ocorre nas permissões e nas concessões) é um caso de desconcentração, pois envolve a passagem da execução para outra pessoa jurídica distinta da Administração Direta.

No que se refere à Administração Direta e à administração indireta, julgue os itens seguintes.

- 74** As fundações públicas, quando de direito privado, são pessoas jurídicas integrantes do terceiro setor.
- 75** As empresas públicas exploradoras da atividade econômica poderão ter os seus bens e as suas rendas penhoradas para o pagamento dos seus débitos perante terceiros.
- 76** A sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios ou a uma entidade da administração indireta.
- 77** As organizações sociais (OS) sem fins lucrativos integram a Administração Pública Direta e são destinadas à execução de atividades não típicas do Estado.
- 78** A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio das pessoas jurídicas de direito público ou privado integrantes da Administração Direta, sendo-lhe vedado atuar em tais atividades.

Em relação à Lei nº 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 79** É de 15 dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- 80** O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens seguintes.

- 81** A delegação de competência de um órgão administrativo para o outro pressupõe a existência de relação hierárquica entre as unidades, razão pela qual a legislação veda, de forma peremptória, a delegação de competência a órgãos que não sejam hierarquicamente subordinados.
- 82** O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.
- 83** O descumprimento, pelo interessado, da realização de diligência determinada pelo órgão competente implicará a renúncia do seu direito.

Quanto à Lei nº 8.429/1992, que trata das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 84** Na ação de improbidade administrativa, a ausência de apresentação de defesa pelo réu ensejará a sua confissão presumida, considerando-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor.
- 85** A realização de operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares constitui hipótese de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, sujeitando o agente público à pena de suspensão dos direitos políticos por até oito anos.

Acerca do controle dos atos da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- 86** O controle da legalidade dos atos Administração Pública somente poderá ocorrer mediante requerimento da parte prejudicada.
- 87** O Poder Judiciário não poderá anular, de ofício, os atos da Administração Pública, ainda que considerados ilegais, pois depende de provocação da parte interessada.

No que concerne ao Código Penal e à Lei de Contravenções Penais, julgue os itens a seguir.

- 88** O crime de corrupção passiva consiste na solicitação ou no recebimento, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- 89** O crime de concussão caracteriza-se quando o servidor público deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- 90** De acordo com o Código Penal, considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- 91** O crime de corrupção ativa é um crime próprio, material, cuja consumação se efetiva com o recebimento das vantagens pelo servidor público.
- 92** O exercício de profissão, sem preencher as condições a que, por lei, está subordinado o seu exercício, é uma contravenção penal e sujeita o autor à pena de prisão simples, de 15 dias a 3 meses, ou multa.
- 93** Admite-se a tentativa na contravenção de exercício ilegal de profissão ou de atividade.

À luz da Lei nº 9.696/1998, que trata a respeito da regulamentação da profissão de educação física e cria os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, julgue os itens seguintes.

- 94** O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e os Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs) possuem personalidade jurídica de direito público, bem como autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
- 95** O CONFEF será composto de 20 conselheiros titulares e de 8 suplentes.
- 96** O Regimento Interno do CONFEF será elaborado e aprovado por sua assembleia geral, composta dos presidentes dos CREFs.

- 97** O presidente e o vice-presidente do CONFEF serão escolhidos dentre os conselheiros e serão eleitos por maioria absoluta.
- 98** O processo disciplinar será instaurado de ofício ou por representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada.
- 99** A pretensão de punição do profissional, com a aplicação de sanção disciplinar, prescreverá no prazo de cinco anos, contados da data de ocorrência do fato que a ensejou, exceto para os casos de abuso ou assédio moral ou sexual, os quais são imprescritíveis.
- 100** A contagem de prazo da prescrição para a apuração de infração disciplinar será suspensa pela intimação do acusado para apresentar a defesa.

De acordo com a Lei nº 11.788/2008, que trata acerca do estágio de estudantes, julgue os itens a seguir.

- 101** A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder dois anos, exceto quando se tratar de estagiário PcD.
- 102** A eventual concessão de benefícios relacionados, por exemplo, ao transporte, à alimentação e à saúde caracteriza vínculo empregatício.

A Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC) – estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 103** O consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, não podendo a ele ser equiparada a coletividade de pessoas determináveis, mesmo que haja intervindo nas relações de consumo.
- 104** O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e sobre seus riscos.
- 105** São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam às normas regulamentares de prestabilidade.

A Resolução CREF22-ES nº 012/2023 que trata do Regimento Interno do CREF22-ES. A partir dessa informação, julgue os itens seguintes.

- 106** Os conselheiros suplentes, devidamente convocados para a reunião do plenário, participarão da sessão com direito a voto, mesmo que não estejam substituindo conselheiro titular.
- 107** O plenário do CREF22-ES somente deliberará sobre os assuntos constantes da sua pauta de convocação, com a presença mínima de dois terços de seus membros e por maioria de votos.
- 108** A presidência do CREF22-ES será exercida por um presidente e por dois vice-presidentes.
- 109** Compete à câmara de normatização controlar a emissão de carteira de identidade profissional.
- 110** A câmara de julgamento pode, por ato do seu presidente, solicitar à diretoria a nomeação de uma comissão de sindicância composta de profissionais registrados no CREF22-ES, com a finalidade de efetuar sindicância ou promover diligência necessária à instrução de processo ao seu cargo.

Acerca das funções da organização, julgue os itens a seguir.

- 111** Distribuição de tarefas e formação de equipes para um projeto específico são aplicações da função organização.
- 112** Um conselho organizacional definir metas anuais e as estratégias para atingi-las é um exemplo típico da função direção.

Acerca de estruturas organizacionais, julgue os itens seguintes.

- 113** Ter dupla subordinação (como funcional + departamental) e com equipes multifuncionais são as características principais de uma estrutura orgânica.
- 114** São características da estrutura linear: especialização por expertise e decisões descentralizadas.

Considerando as noções de gestão da qualidade, julgue os itens seguintes.

- 115** A gestão da qualidade resume-se a um conjunto de princípios teóricos que visam direcionar e controlar uma organização para a excelência.
- 116** O Controle de Qualidade é um processo proativo, com foco na padronização de processos para evitar falhas antes da produção.
- 117** Na fase de Verificação (*Check*) do Ciclo PDCA, as ações corretivas são implementadas após o registro das não conformidades.
- 118** A responsabilidade primária pela Qualidade Total de uma organização recai sobre a equipe do Departamento da Qualidade.

Acerca da ética e da postura profissional no atendimento ao público, aos profissionais e às autoridades, julgue os itens seguintes.

- 119** A capacidade de compreender sentimentos alheios não faz parte dos princípios e dos deveres éticos, visto que fere o princípio profissional da impessoalidade.
- 120** A conduta antiética se configura mesmo sem prejuízo a outrem ou sem a obtenção de qualquer favorecimento.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A responsabilidade civil é a obrigação de reparar o dano que uma pessoa causa a outra. Em direito, a teoria da responsabilidade civil procura determinar em que condições uma pessoa pode ser considerada responsável pelo dano sofrido por outra pessoa e em que medida está obrigada a repará-lo. A reparação do dano é feita por meio da indenização, que é quase sempre pecuniária. O dano pode ser à integridade física, à honra ou aos bens de uma pessoa.

Internet: <wikipedia.org> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) evolução da teoria da responsabilidade civil do Estado;
- b) modalidade de responsabilidade civil do Estado adotada no Brasil e requisitos para a sua configuração; e
- c) causas excludentes de responsabilidade.